

À Representação do Banco Mundial no Brasil

SCN Qd. 2 - Bl. A sls. 303/304,
Ed. Corporate Financial Center, 7º Andar
70.712-900 – Brasília – DF

Com cópia para:

Sr. Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC
Sr. Marcos Heil Costa, Coordenador Geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação,
Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente
Sr. Embaixador André Aranha Correa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores
Sra. Maria do Rosário Nunes, Secretária de Direitos Humanos

Brasília (DF), 21 de setembro de 2011

Assunto: **Plantações não são Florestas!**

Prezado Senhor(a),

Escrevemos esta carta pelos seguintes motivos:

- Em 25 de agosto de 2011, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais esteve presente na consulta organizada pelo Banco Mundial, em Brasília, para participar da consulta sobre a proposta de Estratégia de Parceria do Banco para o Brasil 2012-2015. Ao ser questionado sobre as atividades na temática do Clima, o representante do Banco Mundial afirmou que o projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Plantar é um projeto exemplar na visão do Banco e que a sociedade brasileira hoje em dia já aceita que as plantações de árvores são florestas.

Gostaríamos de lembrar este Banco que:

- Desde 2003 dezenas de organizações e movimentos sociais da sociedade civil brasileira têm questionado o projeto de MDL da empresa Plantar por não contribuir com o desenvolvimento sustentável no Brasil e tampouco ajudar em esfriar o planeta. Ao contrário, o incentivo à monocultura de árvores é uma atividade nefasta para a população local e o meio ambiente.
- Muitos problemas deste projeto são relacionados ao modelo adotado pela Plantar de realizar seus supostos 'reflorestamentos' na forma de monoculturas de eucalipto. Comunidades vizinhas destas plantações, cerca de 7 milhões de hectares no Brasil, costumam chamá-las de 'desertos verdes' ou 'florestas mortas'.
- No ano passado enviamos uma carta para a Comissão Executiva do MDL, novamente insistindo na reprovação do projeto da Plantar (veja anexo). Essa carta foi assinada por dezenas de organizações e movimentos.

A articulação de organizações contrárias ao projeto de MDL da Plantar enviou, no passado, diversas cartas para o Banco Mundial sobre o assunto. Portanto, é incabível que o Banco faça o tipo de afirmação acima citada, sobretudo no momento em que a

sociedade brasileira enfrenta uma ameaça de retrocesso no Código Florestal, cuja nova proposta, entre outras coisas, prevê a permissão de plantação de monocultivos de eucalipto e pinus em encostas e nas reservas legais.

Por apoiar iniciativas como esta o Banco Mundial vem sofrendo pressão de movimentos sociais e da sociedade civil internacional para permanecer fora da gestão dos fundos climáticos. Se continuar a insistir no Plantar como projeto modelo, o Banco Mundial terá que enfrentar o aumento da oposição e da resistência dos movimentos sociais também aqui no Brasil.

Entregamos esta carta em um dia especial e importante: o Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores. Este dia foi criado no Brasil em 2004 justamente por comunidades impactadas pela monocultura de eucalipto no estado de Minas Gerais, estado do projeto da empresa Plantar. O objetivo deste dia é denunciar a prática desumana de promover as monoculturas e, sobretudo, dizer e denunciar claramente que: **Plantações não são Florestas!**

Atenciosamente,

Via Campesina Brasil e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

Anexo: Carta ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da UNFCCC – sobre o projeto da Plantar de 13/09/2010

ANEXO

Ao: Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da UNFCCC

Assunto: Referencia no. 2569 – Reflorestamento como fonte renovável de fornecimentos de madeira para o uso industrial no Brasil

13 de setembro de 2010

Prezado/a Senhor/a

Mais uma vez vimos mostrar nossa indignação contra uma possível aprovação do projeto número 2569 “*Reflorestamento como fonte renovável de fornecimentos de madeira para o uso industrial no Brasil*” da empresa brasileira Plantar S.A, ponto de pauta da reunião deste Conselho Executivo que ocorrerá esta semana na cidade de Brasília(DF).

Somos absolutamente contrários à aprovação deste projeto de *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* porque sugere que plantar uma monocultura industrial de eucalipto em 23.100 hectares no estado de Minas Gerais estaria contribuindo com o ‘desenvolvimento sustentável’ no Brasil e reduzindo os efeitos do aquecimento global.

A atividade em questão não contribui para o ‘desenvolvimento sustentável’ do Brasil, e tampouco ajudará a esfriar o planeta. Onde a monocultura de eucalipto em larga escala é promovida no país ocorrem graves problemas, tais como:

- o aumento da especulação fundiária e, com isso, a paralisação da reforma agrária, da demarcação de terras indígenas e quilombolas; expandir a monocultura de eucalipto significa o aprofundamento da concentração de terras, renda e poder em mãos de 1% dos donos de terras, incluindo a Plantar, que juntos ocupam 44% de todas as terras agricultáveis no Brasil;
- a desestruturação de comunidades e expulsão das famílias camponesas;
- o aumento do desemprego no campo - a monocultura de eucalipto gera cerca de 1 emprego em cada 100 hectares de terra, enquanto a agricultura camponesa gera 15 empregos em cada 100 hectares -;

- a Plantar, como empresa terceirizadora de outras empresas, gera empregos mal pagos e insalubres, onde os trabalhadores(as) utilizam agrotóxicos em suas plantações de eucalipto comprovadamente perigosos para sua saúde;
- a redução da produção de alimentos, afetando a segurança e a soberania alimentar;
- a redução da disponibilidade de água nas (micro)basins e contaminação das mesmas com fertilizantes químicos e agrotóxicos (fabricadas a partir do petróleo); na região do projeto da Plantar, a água disponível para os moradores reduziu tanto que a empresa foi obrigada a fornecer água com carro-pipa para as famílias camponeses vizinhas das 'plantações de carbono'.
- o estímulo indireto ao desmatamento quando empresas do agronegócio como a Plantar se apropriam de fazendas de gado, pagando acima do preço de mercado e, com isso, estimulando estes fazendeiros a comprar novas terras o que tem contribuído fortemente com o desmatamento em outras regiões, inclusive na Amazônia.

A atividade específica em questão não resulta em nenhuma contribuição permanente para esfriar o planeta. Os eucaliptos em crescimento garantem apenas uma absorção temporária de carbono (CO₂) da atmosfera. Quando estes eucaliptos são cortados e queimados depois de 6-7 anos e transformados em carvão vegetal para servir como fonte energética para a usina poluidora de produção de ferro gusa em Sete Lagoas(MG), o carbono 'armazenado' é novamente liberado. Por isso, é inaceitável que o carbono armazenado nos eucaliptos justifique a emissão de uma quantidade equivalente de carbono da queima de combustíveis fósseis por empresas poluidoras da Europa. Isto resulta num aumento líquido da quantidade de carbono em circulação, aprofundando ainda mais a crise climática. Enquanto isso, a Plantar, ao vender 'créditos de carbono', ganha dessas empresas poluidoras um subsídio a mais para continuar poluindo e lucrando.

Há quase 10 anos que organizações e movimentos da sociedade civil brasileira e internacional têm denunciado o projeto oportunista do Grupo Plantar. A aprovação deste projeto seria um precedente extremamente perigoso, 'oficializando' um subsídio para que empresas como a Plantar e outras recebam mais recursos para continuar fazendo o que sempre fizeram: plantar monoculturas insustentáveis de eucalipto que agravam ainda mais a crise climática. Significa reforçar um modelo de desenvolvimento desumano para o campo brasileiro, baseado no agronegócio.

Como alternativa, endossamos as propostas da Via Campesina para esfriar o planeta, dentre outras, reforçar a agricultura camponesa que não só contribui positivamente ao equilíbrio do carbono do planeta como também cria 2.8 bilhões de postos de trabalhos para homens e mulheres em todo o mundo. Apoiar a agricultura camponesa é a melhor forma de lutar contra a fome, a desnutrição e a crise alimentar e climática atual. Isso significa o pleno direito à terra e à água como bens sociais e a promoção dos direitos humanos das populações camponesas e tradicionais.

Portanto, esperamos que este Conselho mais uma vez reflita sobre o projeto da Plantar e suas graves conseqüências e que venha a rejeitá-lo.

PLANTAÇÕES NÃO SÃO FLORESTAS!

Assinam:

- Acción Ecológica/Equador
- Amigos de la Tierra Internacional
- Antônio César Silva Ormundo, socioambientalista/Brasil
- Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF/Brasil
- Alternativas para a Pequena Agricultura –APA-TO/Brasil
- APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente/PR/Brasil
- Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)-RJ, GT Ambiente/Brasil
- Associação Movimento Paulo Jackson/Brasil
- Bicuda Ecológica/RJ/Brasil
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/Minas Gerais/Brasil
- CEDEFES/Minas Gerais/Brasil
- Centro de Referência do Movimento da Cidadania pelas Águas, Florestas e Montanhas Iguassu Iterei/Brasil
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP/AC/Brasil
- Centro Ecológico/RS/Brasil
- CEPEDDES/Brasil
- CIMI/Brasil
- CARE/Brasil
- COECOCEIBA-Amigos de la Tierra/Costa Rica
- Comissão Quilombola do Sapê do Norte/Brasil
- Ecologistas en Acción/Espanha

- FASE/Brasil
- FERN/Europe
- Fórum de Amazônia Oriental – FAOR/Brasil
- Fórum Carajás/Brasil
- Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC)/Brasil
- Fórum de Mulheres/ES/Brasil
- Fundação Padre José Koopmans/Brasil
- Gambá/Brasil
- Global Forest Coalition
- Global Justice Ecology Project/USA
- Instituto Ambiental Vidágua/Brasil
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS/Brasil
- Instituto Terramar/Brasil
- ITEREI – Refúgio particular de animais nativos/Brasil
- Jeovah Meireles - Depto. de Geografia da UFC/Brasil
- João Batista da Silva, geógrafo/Brasil
- João Luiz Monti/Brasil
- Marilda Teles Maracci, geógrafa (UNESP/UFF)/Brasil
- Marta Falqueto – Coordenadora Executiva do PPDDH-ES/Brasil
- Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais/Brasil
- Movimento das Mulheres Camponesas – MMC/ES/Brasil
- Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA/Brasil
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST/Brasil
- Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales – WRM
- Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (Universidade Federal de São João del-Rei)/Brasil
- Prof Paulo Kageyama, Nucleo de Cultura e Extensao PTECA da ESALQ/USP/Brasil
- Plataforma Dhesca/Brasil
- Rede Alerta contra o Deserto Verde/Brasil
- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais/Brasil

- Rede Brasileira de Justiça Ambiental/Brasil
- Red Latinoamericano contra los Monocultivos de Árboles (RECOMA)/Latin América
- Roberto Franco Presidente-Econg/SP/Brasil
- Rodolfo Geise, Engenheiro agrônomo/Brasil
- Tania Pacheco/Brasil
- Telma Monteiro/Brasil
- Terræ Organização da Sociedade Civil/Brasil
- Toxisphera – Associação de Saúde Ambiental/PR/Brasil
- Sobrevivência/FoE-Paraguay
- Via Campesina Brasil
- Vicente Almeida - Pesquisador da Embrapa e SINPAF/Brasil